

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto do Governo de privatização da ELETROBRAS constitui crime de lesa-pátria. É um golpe na soberania nacional. Abrir mão do controle da empresa seria entregar um bem estratégico para o desenvolvimento do país.

O Governo espera receber R\$ 16,2 bilhões com a privatização da ELETROBRAS. É irrisório este preço pela entrega da maior empresa de geração e transmissão de energia do País. A União já investiu R\$ 380 bilhões no setor elétrico, ao longo da história. O Governo vai entregar por R\$ 16,2 bilhões uma empresa que vai gerar para os cofres da União R\$ 40 bilhões até 2025? É uma conta que não cabe, com honestidade, em nenhuma cabeça de brasileiro que dá valor ao seu país.

Podemos dizer que o Governo quer a desnacionalização da ELETROBRAS. Este projeto lesivo aos interesses nacionais abre a porteira para o capital internacional assumir o controle da empresa.

É um crime contra a soberania porque implica a entrega do regime de águas para o controle de empresa estatal ou privada de outro país.

Deste modo, como quer o Governo, um país estrangeiro pode ditar as normas da navegação no Rio São Francisco. Não é admissível a entrega para empresa estrangeira ou nacional do controle da liberação de águas no projeto de transposição do Rio São Francisco. Do mesmo modo em outras bacias hidrográficas existentes no País. O projeto vai na contramão de práticas internacionais.

Bolsonaro tem tratado com subserviência e bajulação o Governo dos Estados Unidos. O seu Governo quer copiar os Estados Unidos. O certo no tratamento da questão energética, portanto, deve ser o Brasil seguir o exemplo norte-americano.

Esta questão foi debatida na Câmara, em outubro, no evento *Planejamento do Setor Energético Brasileiro e Privatizações: Perspectivas e Desafios*, realizado em parceria com o sistema CONFEA/CREA, pela Frente Parlamentar Mista de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, que coordeno.

Autoridades de segmentos profissionais envolvidos com a temática trouxeram dados que vão consolidar o relatório do evento para servir de alerta a outros Parlamentares sobre a gravidade do que está em jogo nesta negociata.

Nos Estados Unidos, 70% das hidrelétricas estão nas mãos do Estado, sob controle do Exército. Naquele país essa fonte de energia é considerada questão de segurança nacional.

No mundo é predominante o controle estatal do setor de petróleo e gás. Está nas mãos do Estado o controle do setor de energia nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e França.

Os países que mantêm grandes reservatórios de água não abrem mão de manter o seu controle, por se tratar de uma questão estratégica no mundo. Neste contexto, o sistema ELETROBRAS se destaca, porque detém 52% do volume hídrico armazenado em reservatórios.

Estudos oficiais da ANEEL indicam que a privatização do sistema elétrico terá para o consumidor impacto imediato de 2% a 6% na conta de energia elétrica.

O Brasil não pode aceitar o aviltamento da sua soberania a troco de uma política entreguista que não se sabe a serviço de quem está.

Muito obrigado.